



Paradigma do Capitalismo Agrário ou Geografia Econômica do Setor Agrícola? A Reinserção do “Agro” nos Estudos Sobre Espaço e Economia

Luís Angelo dos Santos Aracri¹

Resumo. No Brasil, a produção acadêmica sobre a geografia do agronegócio vem sendo genericamente enquadrada em um dos dois grandes paradigmas que subdividem a geografia agrária brasileira, a saber: o chamado "paradigma do capitalismo agrário". Entretanto, parte das pesquisas dedicadas a como o agronegócio organiza seus territórios se relaciona, de fato, com debates que são próprios da geografia econômica, disciplina da qual a geografia agrária se originou. Essa identificação reflete uma tendência recente de reincorporação do estudo do mundo rural e agrário ao escopo da geografia econômica. O presente artigo tem como objetivo explicitar por que é mais adequado enquadrar alguns estudos como pertencentes mais a uma "geografia econômica do setor agrícola" do que a um paradigma ou perspectiva de abordagem da geografia agrária.

Palavras-chave: geografia econômica, geografia agrária, setor agrícola.

PARADIGM OF AGRARIAN CAPITALISM OR ECONOMIC GEOGRAPHY OF THE AGRICULTURAL SECTOR? THE REINSELECTION OF THE "AGRO" IN STUDIES ON SPACE AND ECONOMY

1

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Associado do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: luis.aracri@ufff.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5406-2678>

Abstract. In Brazil, academic production on the geography of agribusiness has been generically framed in one of the two great paradigms that subdivide Brazilian agrarian geography, namely: the so-called "paradigm of agrarian capitalism". However, part of the research dedicated to how agribusiness organizes its territories is, in fact, related to debates that are specific to economic geography, the discipline from which agrarian geography originated. This identification reflects a recent trend to reincorporate the study of the rural and agrarian world into the scope of economic geography. This paper aims to explain why it is more appropriate to frame some studies as belonging more to an "economic geography of the agricultural sector" than an agrarian geography's paradigm or approach.

Keywords: economic geography, agrarian geography, agricultural sector.

Introdução

Segundo Lindón e Hiernaux (2006), o ato de confrontar uma comunidade científica pressupõe o seguinte exercício: parar, observar e refletir sobre o que se estuda, como se estuda, o que segue sendo estudado e de que maneira se aborda, o que foi abandonado ou deixado de lado e que novas temáticas se apresentam. Para esses autores, a conjuntura histórica das últimas décadas justifica um reexame dessa natureza em uma disciplina específica, a geografia. O século XXI seria o "século espacial", ou de uma "espacialidade explosiva" (LINDÓN e HIERNAUX, 2006, p. 8), marcado por uma presença destacada da consciência geográfica no pensamento humano – ou, em outras palavras, por um crescimento do interesse pela espacialidade por diversas áreas do conhecimento e de uma maior aproximação recíproca entre a geografia e as demais ciências humanas.

Diante dessas condições, os autores acima sustentam que se faz necessário uma preocupação com o todo e com perspectivas amplas. Essa foi a motivação por trás do *Tratado de Geografía Humana* que a dupla editou no mercado ibero-americano em meados da primeira década dos anos 2000. Entretanto, mesmo com a intenção de contribuir com uma abordagem holística e com a vontade de priorizar o "todo", por se tratar de um empreendimento coletivo e que envolvia

diversos outros autores, o cotidiano de cada um deles não lhes dava outra opção senão aprofundar nas questões, problemas e campos de estudo de interesse pessoal e com os quais já estavam habituados. Por essa razão, foi difícil ajustar as especificidades das distintas áreas de estudo da geografia (regional, econômica, agrária, urbana etc.) à pretendida perspectiva geral.

Além disso, a existência de diferentes campos da geografia humana, concluem os autores, pressupõe o reconhecimento de parcelas específicas da realidade delimitadas de uma maneira clara. Nesse sentido, eles afirmam que a noção de “campo de estudos” não deve ser tomada como sinônimo de algo “tradicional” (aqui no sentido de uma coisa superada ou ultrapassada), já que esses diferentes ramos da geografia conseguem, em grande medida, lidar com distintos recortes geográficos uma vez que sempre tiveram uma referência material e tangível, e que possibilitou o debate sobre suas definições. Em que considere a necessidade de se buscar uma visão integrada, ou integradora, a subdivisão da geografia em campos específicos de investigação bem delimitados está longe, portanto, de ser algo desnecessário ou mesmo desprovido de sentido no contexto atual.

É nessa questão dos recortes geográficos da realidade e do que é estudado – além do por que e como – por cada subdisciplina da geografia, que se inscreve o problema que será formulado a seguir. Fernandes (2019) é um representante de um coletivo de pensamento da geografia agrária brasileira que se dedica, entre outras coisas, a um debate paradigmático que é, por sua vez, um método de análise da questão agrária no Brasil. Tal método consiste em considerar o confronto permanente entre capital e campesinato nas disputas territoriais e, também, interpretativas sobre os modelos de desenvolvimento. Para isso, o método estuda a produção intelectual e as propostas de políticas públicas de dois paradigmas distintos: de um lado, o paradigma do capitalismo agrário; de outro, o paradigma da questão agrária.

Os coletivos de pensamento e grupos de pesquisa estruturados em torno de cada um desses paradigmas analisam os problemas agrários, mas sob perspectivas distintas. O paradigma da questão agrária coloca o campesinato em primeiro

plano e procura compreender a resistência deste frente à hegemonia do agronegócio, bem como a construção de modelos alternativos de desenvolvimento no campo. Já o paradigma do capitalismo agrário, por seu turno, centraliza sua análise na questão do trabalho e hegemoniza todas as relações e processos a partir das relações capitalistas. Ainda de acordo com Fernandes (2019), no paradigma do capitalismo agrário as tendências do agronegócio contribuem para o entendimento da agricultura capitalista e do modo como a agricultura familiar seria supostamente integrada ao modelo hegemônico. A partir dessa leitura, as pesquisas de alguns geógrafos que estudam como o agronegócio organiza o seu espaço e constrói seus territórios vêm sendo enquadradas nesse segundo paradigma.

Todavia, defende-se aqui o argumento de que o trabalho que vem sendo realizado por tais autores, a exemplo de Júlia Adão Bernardes, Ricardo Adib Castillo, Denise Elias, Sérgio Fajardo, Samuel Frederico, Luís Angelo Aracri, entre outros, têm mais em comum com paradigmas, reflexões, métodos, análises e com o próprio objeto da geografia econômica do que com os da geografia agrária. E mais: essas pesquisas estariam, de certa forma, *reinserindo* o mundo rural e agrário no campo de estudos da geografia econômica, uma vez que, foi essa disciplina que deu origem à geografia agrária, conforme será visto mais adiante. Essa reinserção reflete um movimento análogo que também vem ocorrendo fora de nossas fronteiras nacionais há alguns anos.

Logo, o presente trabalho se inscreve em um contexto de parcial discordância com a tese dos “dois paradigmas” da geografia agrária, tendo em vista que parte do que vem sendo colocado na “gaveta” do paradigma do capitalismo agrário seria, na verdade, outra coisa. O que está em questão aqui é que se considera mais apropriado qualificar essa produção específica sobre o “agro” brasileiro como uma *geografia econômica do setor agrícola*. O setor agrícola é, segundo Bernstein (2011), aquele representado pela produção agropecuária e as atividades e instituições especializadas à sua montante e à sua jusante. É sinônimo de mundo agrário “tecido e emaranhado pela atuação das empresas,

corporações e conglomerados agroindustriais” (IANNI, 2007, p. 37) e de um tipo específico de produção agropecuária que se converteu em um setor da produção industrial.

Nesse sentido, existe aqui a compreensão de que enquanto a “questão agrária”, em suas distintas dimensões, sejam elas teóricas ou políticas, é objeto exclusivo de atenção da geografia agrária, temas como as estratégias de expansão e gestão territorial das grandes corporações agroindustriais, a especialização produtiva na escala regional ou a inovação e a mudança tecnológica no campo são questões que encontram abrigo em debates que estão em curso na geografia econômica, embora ainda predomine nessa subdisciplina o foco em setores de atividades essencialmente distintos do aqui está sendo chamado de setor agrícola. Para uma melhor compreensão do problema formulado, dissertaremos, no tópico a seguir, sobre como a geografia agrária se desmembrou da geografia econômica, levando com ela o estudo da agricultura, e, também, sobre o movimento de “retorno” de questões relacionadas ao mundo agrário à geografia econômica; em seguida, examinaremos alguns trabalhos que representam esse regresso no âmbito da produção geográfica acadêmica brasileira, identificando os pontos de conexão com debates recentes da geografia econômica. Nas considerações finais, será oferecida ao leitor uma síntese do que foi debatido ao longo do presente *paper*.

Para início de conversa: a geografia agrária nasceu da geografia econômica.

De acordo com Claval (2005), a geografia econômica teria aparecido por volta de 1850 na Alemanha, influenciada pela geografia regional de Carl Ritter. No começo, dedicava-se ao estudo descritivo das diferenças econômicas regionais em um contexto no qual o aparecimento de novas tecnologias de transportes, como a navegação a vapor e as ferrovias, criavam novas condições de acesso espacial, bem como de especialização produtiva. Mas é importante ressaltar que, antes de

se tornar uma subdisciplina autônoma da geografia, a geografia econômica era uma espécie de tópico ou temática da geografia regional clássica.

Isso porque, no século XIX, a curiosidade pela relação homem/meio fez com que a geografia deixasse de ser uma disciplina de gabinete para converter-se em uma ciência de terreno, de campo. Sendo assim, os geógrafos se tornaram mais sensíveis a novos tipos de organização regional e não mais apenas às então chamadas “regiões naturais” (CLAVAL, 2011). A revolução industrial teria provocado perturbações econômicas profundas na Europa Ocidental, dentre as quais destacamos as apontadas no seguinte fragmento: “A agricultura especializa-se. Põe-se a falar dos vinhedos de Languedoc, das zonas de grande cultura da bacia parisiense, das zonas de prados para engorda do gado de Charolais ou de Nivernais. O mundo moderno é feito de regiões *agrícolas*” (CLAVAL, 2011, p. 167). Ainda segundo Claval (2005), os clássicos tratados de geografia econômica do final do século XIX e início do século XX não descreviam apenas o comércio internacional ou o fluxo de mercadorias, bem como a produção de bens industriais e de energia; essas obras tratavam também da produção de gêneros alimentícios diversos e matérias-primas com origem no campo, como a lã e o algodão. Ferreira (2001), por sua vez, observa que a agricultura não apenas é a *atividade econômica* mais antiga da sociedade, como também que a geografia moderna surge no contexto de uma sociedade ainda predominantemente agrária e na qual o rural era tanto o econômico como a forma de organização espacial dominante. A autora também assinala que “o estudo da agricultura não é exclusividade da Geografia Agrária e muito menos do geógrafo agrário” (FERREIRA, 2001, p. 28). Ela prossegue afirmando, e concordando com Claval, que a geografia agrária era, originalmente, parte da geografia econômica, tendo em vista que os estudos econômicos na geografia tinham na agricultura seu foco principal, pelo menos no começo. Enquanto objeto de interesse da geografia econômica, os estudos em geografia agrária tinham como foco a distribuição dos cultivos e a análise da produção agrícola, com as questões sociais sendo postas de lado. Todavia, ela explica que, a partir da década de 1950, com os surtos de industrialização e

urbanização em todo mundo, incluindo o Brasil, a indústria e as cidades teriam se tornado precursoras de uma nova realidade econômica, com a agricultura sendo relegada a um papel coadjuvante ou parte de uma complexa trama de relações. Nesse novo contexto, emergiram novas subdisciplinas que partiram da necessidade de se definir com exatidão o objeto de estudos de cada uma delas. Eis uma explicação de como a geografia agrária se dissociou da geografia econômica para se converter em uma subdisciplina autônoma.

Esse momento de redefinição de fronteiras do conhecimento é confirmado por Martin (1996), quando este afirmou que ainda que a geografia econômica tenha existido como subdisciplina reconhecível desde o século XIX, foi apenas depois da Segunda Guerra Mundial que sua história intelectual foi mais bem modelada, mas compartilhando uma agenda de pesquisa com a economia, utilizando arcabouços teóricos neoclássicos, keynesianos e marxistas e abrangendo questões como localização industrial e desenvolvimento regional desigual. Aliás, não deixa de ser curioso o fato de que a geografia econômica, que se desmembrou da geografia regional, em sua história recente incorporou esta ao seu próprio domínio de investigação, seja através do estudo dos grandes blocos geoeconômicos regionais (IANNI, 2007), seja através da questão do chamado “novo regionalismo” (CASTRO, 2021).

Méndez (2004) acrescenta ainda que a geografia econômica se viu forçada a um movimento de renovação ante às grandes transformações engendradas pelo o que Ianni (2007) considerou ser o último e mais recente ciclo de expansão do capitalismo, o período histórico do chamado “capitalismo global”. Esse movimento, marcado por mudanças tanto nos marcos teóricos quanto dos conteúdos temáticos, resultou em um processo de reorientação dos conhecimentos acumulados ao longo de várias décadas, bem como no alargamento de seus limites para acomodar novos temas de interesse. Todavia, tal renovação se deu em concomitância com uma fragmentação interna em disciplinas especializadas que passaram a abordar separadamente o

ordenamento e o dinamismo dos diferentes subespaços – o industrial, o comercial e o agrário – o que contribuiu para causar certa confusão.

Por outro lado, coube à geografia agrária, agora apartada da disciplina que lhe deu origem, se lançar à tarefa de buscar uma definição e um objeto próprios (FERREIRA, 2001). Do ponto de vista paradigmático, a geografia agrária, especificamente no Brasil, transitou da “diferenciação de áreas”, num primeiro momento, para a “interação e ação sobre o espaço” em sua história recente. No primeiro caso, as principais características teórico-metodológicas incluíam a descrição, a interpretação, a síntese e o trabalho de campo; nos dias de hoje, prevalece a análise da agricultura no contexto do desenvolvimento rural. A preocupação com as questões sociais é uma característica relativamente mais recente, o que levou a geografia agrária a ocupar-se cada vez mais com os temas relacionados com a chamada “questão agrária”: concentração fundiária, conflitos por terras, violência no campo, relações de trabalho, agricultura “camponesa” *versus* agronegócio etc.

Desde a década de 1990 observa-se, contudo, um movimento de reaproximação entre os estudos sobre o “agro” e a geografia econômica. E esse fenômeno não tem sido percebido apenas no Brasil. Page (2003) já havia notado que o estudo da agropecuária vinha sendo reincorporado ao campo da geografia econômica e assinalou que tal movimento encontrava-se enraizado na economia política da agricultura que emergiu nas últimas décadas e que encontrou eco nas abordagens recentes da disciplina. O ponto de partida dessa reaproximação foi, de acordo com o autor, o foco nas inter-relações entre a produção do campo e os ramos da indústria. Especificamente no caso brasileiro, alguns dos trabalhos publicados no país, de um modo geral, se aproximam muito de uma perspectiva específica da geografia econômica que, de acordo com Rosales Ortega (2006), entende o capitalismo como modo de produção sistêmico, ao mesmo tempo em que enxerga o setor agrícola sob o olhar da divisão espacial do trabalho e dos relacionamentos entre diferentes instâncias de organização territorial de uma economia organizada na escala global.

O que será feito no tópico a seguir é justamente caracterizar, com base em trabalhos selecionados de determinados autores, o modo como essa reintegração de questões relativas ao mundo rural e agrário no campo da geografia econômica vem ocorrendo no Brasil.

Do que trata a geografia econômica do setor agrícola? Alguns exemplos.

Conforme dito anteriormente, Page (2003) observou que o movimento de reinserção do “agro” na geografia econômica tem origem na economia política da agricultura. Acerca desse tópico, Frederico e Almeida (2017) citam Milton Santos como um dos precursores da ideia de uma “economia política do território” e aplicam esse conceito como modelo teórico de análise para o estudo de como o agronegócio, enquanto forma concreta de produção, organiza seu respectivo espaço. Com base em Santos, os autores esclarecem que a economia política do território é um “conjunto de proposições teóricas que incluem espaço, redes, região, território usado² e formação socioespacial” (FREDERICO e ALMEIDA, 2017, p. 69). A operacionalização dessa ideia passaria pelo relacionamento entre as seguintes categorias de análise: a divisão territorial do trabalho, a dialética entre forças centrífugas (dispersão espacial) e forças centrípetas (aglomeração), especialização produtiva regional, a centralização do capital e a hierarquia espacial, o uso corporativo e competitivo do espaço e a “circulação desnecessária” (a criação de infraestruturas de transportes dedicadas à exportação de alguns poucos produtos).

Com base nesse modelo, os autores acima observaram não apenas que o agronegócio foi o setor escolhido pelo Estado no Brasil para ser o agente principal de uma política macroeconômica externa que reagisse aos efeitos da crise do final

2

A noção de “território usado” aparece, por exemplo, em Santos e Silveira (2001), e quer dizer que, para os autores, o objeto social de análise não é, ou não deveria ser, o território em si mesmo, mas o seu uso.

da década de 1990, mas também que tal política resultou em transformações brutais nos espaços agrícolas, dentre elas: a acelerada expansão da fronteira agrícola (que, no seu rastro, destruiu florestas e tirou do caminho pequenas propriedades de produção familiar), o aumento da grande lavoura intensiva e da especialização regional da produção agropecuária, o crescimento da concentração da propriedade da terra, a criação de uma nova divisão territorial do trabalho baseada nas atividades e nas grandes corporações do agronegócio e a construção de uma infraestrutura de escoamento da produção praticamente mono-funcional.

Segundo Frederico (2010), o avanço da fronteira agrícola moderna, isto é, do processo de substituição de áreas do território brasileiro outrora ocupadas por florestas nativas, pecuária extensiva e agricultura de subsistência por grandes monoculturas intensivas em capital e tecnologia, é um exemplo concreto da expansão das já mencionadas forças centrífugas (dispersão no espaço) e de uma correspondente e indissociável centralização do comando e da gestão dessas áreas. Uma vez que os espaços ocupados pela agricultura moderna são lugares de presença e atuação do aparelho produtivo de grandes firmas nacionais e estrangeiras, estas, por outro lado, conservam suas sedes administrativas, majoritariamente, na metrópole de São Paulo. Como consequência, Frederico e Almeida (2017) afirmam que essa nova economia política do território liderada pelo agronegócio fortalece hierarquias espaciais e enrijece os relacionamentos entre espaços polarizadores e áreas polarizadas³.

Desde que as grandes corporações se transformaram nos principais agentes da reorganização do espaço após a Segunda Guerra Mundial (CORREIA, 1997), o estudo de suas estratégias de expansão para novos territórios como solução para acumulação e para a reprodução ampliada do capital se tornou uma questão

recorrente para a pesquisa em geografia econômica. Corrêa (1997) ressalta, contudo, que como consumidoras de uma variada gama de matérias-primas, as corporações interferem no processo produtivo, por exemplo, de áreas agropastoris. Além disso, dada a sua complexidade e, também, à sua escala de operações, as corporações são multilocalizadas e os fluxos que elas põem em movimento geram integração espacial. Nesse caso podemos citar, a título de exemplo, as interações entre o campo e a cidade.

Seguindo nessa linha, o trabalho de Fajardo (2011) era o de justamente analisar e compreender “como são construídas as territorialidades corporativas sobre o rural”. Nesse estudo, o autor observou disputas territoriais entre corporações (no caso, *tradings* agrícolas como Cargill e Louis-Dreyfuss) no Centro-Sul do Brasil, com destaque para o estado do Paraná, e uma tendência a um direcionamento externo das atividades produtivas regionais. A mesma orientação foi observada por Aracri (2022a) quando este destacou as aquisições de unidades de processamento de soja da Sadia e da Ceval na região de Rondonópolis (em Mato Grosso), respectivamente, pelas multinacionais Archer Daniel Midlands (ADM) e Bunge, na década de 1990. Outro exemplo, desta vez destacado por Castillo (2013): no mais recente vetor de expansão do setor sucroenergético, o cerrado brasileiro, *trading companies*, agroindústrias e empresas tradicionalmente ligadas à produção de combustíveis fósseis, todas estrangeiras, ocupam hoje o lugar que outrora pertenceu aos tradicionais usineiros. Sintetizando: essas empresas operam no sentido de converter os territórios “ocupados” em nexos extrovertidos de cadeias produtivas globais (SANTOS, 2002).

Aqui cabem alguns esclarecimentos de um importante representante da geografia econômica brasileira: Egler (1996) enfatiza que a dinâmica regional é o motor do processo de integração espacial nas mais diversas escalas, da relação centro-periferia (no seu sentido original de divisão internacional do trabalho) às trocas entre cidade e campo. Com relação a estas últimas, o autor recorda que nos fundamentos do pensamento econômico essas duas noções – campo e cidade – costumavam ser tratadas de modo conjunto, mas houve uma perda da capacidade

analítica de ambas ao serem repartidas entre ramos do conhecimento distintos. No caso aqui em discussão, a geografia agrária (campo) de um lado e a geografia econômica (cidade) do outro.

Egler (1996) também afirma que a lógica entre diferenciação e integração espaciais seria inerente ao capitalismo e que hoje as regiões seriam produtos de um duplo movimento: de um lado a regionalização, através da produção de territórios econômicos com fins diversos, e, de outro, o regionalismo, que são as pressões que agentes sociais localizados em um determinado território exercem sobre o Estado para receberem tratamento diferenciado. O regionalismo, portanto, seria uma dimensão política, uma força capaz de influenciar a criação de estruturas produtivas regionais diferenciadas (portanto, colocando nesses termos, a regionalização seria uma dimensão econômica), podendo, inclusive, favorecer a especialização de cada fração do território.

A relação entre agronegócio globalizado e especialização produtiva regional do setor agrícola brasileiro vem sendo bastante estudada pelos autores que integram esse movimento de reinserção do estudo do mundo rural na geografia econômica. Tomemos aqui outro exemplo vinculado à expansão do setor sucroenergético no Brasil nas últimas décadas. Ao estudar a relação entre "regionalização" (isto é, a "compartimentação" do território em várias "parcelas" cada vez mais integradas aos circuitos produtivos globais) e modernização agrícola, Frederico (2013) observa que, de um lado, a larga difusão de um padrão tecnológico e de uma racionalidade produtiva disseminadas não apenas pelas *tradings* agrícolas (que atuam quase que exclusivamente no controle dos fluxos), mas, também, por empresas controladas por grandes grupos financeiros que operam no mercado de terras e na produção agropecuária, e, de outro, uma política de Estado de apoio à exportação de *commodities* e à produção de biocombustíveis, principalmente no período 2000-2010, vem acarretando na formação de diversas *regiões*

*competitivas*⁴ especializadas em determinados produtos agrícolas (CASTILLO, 2008).

Podemos aqui destacar exemplos de algumas dessas regiões abrangendo distintos setores do *agribusiness*: o Triângulo Mineiro, com o setor sucroenergético (ARACRI, 2018); no caso do agronegócio das chamadas “florestas energéticas”, destaque também para Minas Gerais, principalmente a faixa regional que compreende as mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce e Zona da Mata (SOFISTE, 2019); a integração entre segmentos dos complexos dos grãos (soja e milho) e das carnes processadas forjou um arranjo produtivo que se estabeleceu na porção médio-norte do estado de Mato Grosso, atravessada pela rodovia BR-163 (BERNARDES, 2010). Com relação a este último caso, Bernardes (2006) já havia identificado uma diferenciação interna considerando aspectos relacionados com a produção de grãos na região: (a) área consolidada / concentrada da produção, que registrava os maiores volumes produzidos e o emprego massivo de tecnologias de ponta; (b) área de forte expansão da produção, na qual a proximidade com a área consolidada / concentrada e o valor mais baixo do preço da terra são fatores potencializadores do avanço gradual dos cultivos; e (c) área de fraca expansão, localizada em espaço de fronteira e com insipiente presença de infraestrutura.

Nesse mesmo contexto, deve-se destacar também o trabalho de Elias (2003) sobre a região de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, que se especializou em dois ramos importantes da agroindústria nacional, o canavieiro e o citrícola. A autora analisou os mecanismos que redefiniram, em termos técnicos e sociais, a produção agropecuária no âmbito das condições históricas dominantes desde meados do século XX, correlacionando os aspectos e determinações de uma

4

É importante ressaltar que a ideia de competitividade como atributo de diferentes dimensões do espaço geográfico - região, território, país, lugar etc - aparece nas obras de autores muito diferentes entre si, inclusive com relação à área do conhecimento que representam, tais como Porter (1990), Castells (2000), Santos (2002), Sheppard (2003), Rodríguez e Esteban (2009).

ordem econômica global com os condicionantes locais para compreender como as atividades agroindustriais reorganizam seus territórios. Nesse sentido, ela procurou captar a realidade da região estudada a partir da sua inserção tanto na nova divisão interna quanto na nova divisão internacional do trabalho. A região de Ribeirão Preto, conclui, reveste-se de um papel funcional na produção de *commodities*. Especial atenção foi dada à relação cidade-campo no processo de desenvolvimento regional, tendo em vista que a expansão dos setores agroindustriais estudados aumentou a demanda por bens e serviços de apoio à produção, ao mesmo tempo em que estimulou o crescimento populacional e a ampliação de um setor terciário destinado ao consumo de indivíduos e famílias. A questão do progresso técnico e da modernização da agricultura também merecem aqui uma atenção específica. Birch (2017) afirma que o interesse pela dimensão espacial da inovação no campo da biotecnologia – ou das “ciências da vida”, como autor chama com maior frequência – também tem origem na geografia econômica e nos estudos regionais, tendo como característica o foco em conceitos como o de *clusters*⁵ e de sistemas regionais de inovação. A abordagem com base nos sistemas regionais desfrutou, de acordo com o autor, de maior popularidade, uma vez que oferecia uma perspectiva mais ampla, menos setorialista, e que transcendia um olhar limitado à formação de densas redes funcionais constituídas tão simplesmente por firmas “similares” que se complementam entre si. O foco nos sistemas regionais de inovação possibilitava uma análise da dimensão espacial no campo da biotecnologia que levava em consideração o papel de outras instituições e organizações locais, como o sistema educacional, a infraestrutura científico-tecnológica, políticas públicas etc. Isso porque, de acordo com Moulaert e Sekia (2001), na teoria dos sistemas regionais

5

O conceito de *clusters* é amplamente atribuído a Porter (1990), que os definiu como uma concentração ou agrupamento de empresas semelhantes ou complementares entre si, que coabitam uma mesma cidade ou região, e que interagem entre si em busca de maior eficiência produtiva e competitiva.

de inovação as regiões são definidas como sistemas de aprendizagem por interação sujeitas a formas dirigidas de regulação. A inovação é tanto produto do processo de pesquisa e desenvolvimento quanto da aprendizagem por interação, isto é, do conhecimento produzido de forma coletiva e interativa entre as organizações que integram o sistema.

Entretanto, Birch (2017) é crítico de ambas abordagens, uma vez que as duas enfatizam as interações, processos e instituições nas escalas local e regional e pouco exploram o papel dos relacionamentos “extra-locais”. O autor chama a atenção para a necessidade de uma perspectiva “multi-escalar” no estudo das conexões envolvidas com os processos de inovação no campo da biotecnologia. Nesse aspecto, ele concorda com Bathelt, Malmberg e Maskell (2004), que afirmam que as redes de inovação não são exclusivamente locais, isto é, que elas não possuem delimitação espacial fixa e que agentes envolvidos em um processo inovador podem manter vínculos com organizações, instituições e centros produtores de conhecimento fora dos seus territórios de referência. É por essa razão que Birch defende que a abordagem mais apropriada, nesse caso, deve ser com foco nas *cadeias de produção globais*, uma proposta que, segundo ele, incorpora ideias que também derivam da economia política.

A abordagem proposta por Birch é muito próxima ou semelhante daquela que vem sendo utilizada por Aracri (2022) no estudo da dimensão geográfica da inovação e da mudança tecnológica no campo. A diferença essencial é que Aracri (2021) opta por, no lugar do conceito de cadeia produtiva, cuja ênfase são os vínculos inter-setoriais entre os segmentos que compõem as cadeias agroindustriais, empregar a noção de *circuito espacial de produção* (SANTOS, 1997; SANTOS e SILVEIRA, 2001), por meio do qual o centro da análise são as interações espaciais geradas por esses vínculos. O autor adverte de que não se tratam de noções mutuamente excludentes (ARACRI, 2021), mas, por outro lado, o conceito de circuito espacial permite analisar o funcionamento do território de modo dinâmico articulando a repartição das atividades entre os lugares e a integração destas na escala global, sinônimo de divisão espacial do trabalho.

A escolha pela noção de circuito espacial de produção permite investigar a questão da mudança tecnológica e da inovação nos espaços agrícolas de modo mais operacional, tendo em vista que possibilita a separação dos fluxos de ordem material (que são o objeto dos circuitos no sentido estrito), tais como sementes, fertilizantes, defensivos, matérias-primas, alimentos processados, etc., dos fluxos de ordem imaterial. Os fluxos imateriais, por sua vez, seriam objeto dos *círculos de cooperação no espaço*, categoria que Santos (1997) e Santos e Silveira (2001) empregam para analisar a circulação de ordens, informações e conhecimento que se produz no âmbito dos circuitos. Para Aracri (2021 e 2022b), a origem e a difusão de inovações nos espaços integrados ao agronegócio pode ser compreendida, por exemplo, através do estudo das interações entre as atividades do setor produtivo e as infraestruturas e instituições científico-tecnológicas. Tais interações, que são parte dos círculos de cooperação que perpassam os circuitos espaciais da produção agroindustrial, não necessariamente ocorrem apenas nas escalas local ou regional. Em outras palavras, a abordagem do autor tem pontos em comum com um dos chamados "modelos de inovação territorial" dominantes na geografia econômica contemporânea (VALE, 2009), o das redes não-locais de inovação (BATHELT, MALMBERG e MASKELL, 2004), que, como visto anteriormente, também se conecta com o *approach* de Birch (2017).

Essa perspectiva de abordagem aparece, por exemplo, em uma pesquisa sobre a modernização do agronegócio sucroenergético na mesorregião do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais (ARACRI, 2018), na qual o autor analisou o relacionamento entre o setor produtivo (agroindústria canavieira) e instituições científico-tecnológicas no desenvolvimento de inovações no campo da biotecnologia, como novas variedades de cana-de-açúcar e um fertilizante "biomineral" produzido a partir da torta de filtro da cana, da matéria orgânica de resíduos de aviários da região e de elementos químicos minerais. No primeiro caso, além do desenvolvimento de cultivares bem adaptadas às condições edafoclimáticas regionais e ao corte mecanizado, pretendia-se obter uma planta com teor de sacarose mais elevado, uma vez que este é um critério de

precificação do produto; no segundo, era preciso disponibilizar no mercado um fertilizante com custo de produção mais baixo, tendo em vista que os gastos com adubação no plantio da cana no Triângulo Mineiro correspondem a 89% dos custos totais.

O território, enquanto espaço ou *locus* concreto da produção canavieira, ou o “contexto territorial”, como fala Storper (1994), aparece como condicionante do processo de inovação e mudança tecnológica, tendo em vista que as características fisiográficas das áreas produtoras, a elevação da taxa de mecanização das lavouras canavieiras (que “saltou” de 14% da safra 2006 /2007 para 79% na safra 2010 / 2011) frente às restrições impostas na região pelo Protocolo de Intenções de Eliminação da Queima da Cana (implementado em 2008) e o alto impacto do preço dos fertilizantes nos custos totais da produção regional influenciaram de modo direto a direção do processo de modernização. Assim, tem-se o território “impondo por si mesmo condicionantes segundo as características do meio físico e como espaço social historicamente produzido” (SÁNCHEZ, 1991, p. 265).

Por que a geografia econômica do setor agrícola não deve ser confundida com o “paradigma do capitalismo agrário” da geografia agrária?

Os trabalhos acima examinados estão fortemente conectados com quatro grandes debates ou linhas de pesquisa da geografia econômica: a relação entre economia política e o papel do espaço como elemento estruturante das relações socioeconômicas (ROSALES ORTEGA, 2006); a geografia das megaempresas, que examina “a lógica espacial que preside o comportamento das firmas que constituem os sistemas produtivos, as configurações resultantes, assim como as redes de relações que estabelecem com o entorno e suas mudanças temporais” (MÉNDEZ, 2004, p. 134), com ênfase na dialética entre dispersão territorial do aparelho produtivo e centralização da gestão; a nova dimensão regional, que abrange questões como a relação global-local, teses sobre desenvolvimento

regional endógeno, relacionamentos inter-regionais e a crescente especialização das economias regionais (MÉNDEZ, 2004); e a relação entre conhecimento, território e inovação, objeto de diferentes modelos teóricos de inovação territorial, como por exemplo os sistemas regionais de inovação (MOULAERT e SEKIA, 2001), os *clusters* inovadores e as redes não-locais de inovação (VALE, 2009; BATHELT, MALMBERG e MASKELL, 2004).

Entretanto, uma coisa são as linhas de pesquisas ou questões em debate, outra é a perspectiva de abordagem. Nos trabalhos aqui analisados, não apenas as temáticas se interpenetram, como também seus autores compartilham entre si uma mesma perspectiva de análise. Tal perspectiva se caracteriza, segundo Rosales Ortega (2006), pela compreensão do modo de produção capitalista como uma economia-mundo, isto é, como um sistema formado por economias nacionais territorialmente definidas e que se desenvolve de forma geograficamente desigual e combinada. Nessa economia-mundo, os setores de atividades são analisados sob o prisma da divisão espacial do trabalho e das interações/fluxos que se produzem entre distintas instâncias espaciais do processo produtivo (SANTOS, 2008) em uma economia que hoje se encontra organizada na escala global.

Para Rosales Ortega (2006), a perspectiva que perpassa esses trabalhos foi construída ao longo dos anos com base em contribuições da economia política e da economia social que atuaram como fundamentos da busca por uma explicação das tendências da organização da atividade econômica no território que afastasse a geografia econômica do caráter nomotético da economia espacial e da ciência regional que dominou as universidades e órgãos de planejamento por toda a década de 1950 e durante uma parte dos anos sessenta, e que havia resultado em explicações abstratas. De acordo com o autor, tais contribuições partiram: de teóricos do desenvolvimento regional, como Gunnar Myrdal e François Perroux; da teoria da dependência e suas teses sobre as trocas desiguais por meio das quais se produzem as diferenças entre países centrais e periféricos; da abordagem marxista (que reconhece distintos modos de produção, que seriam formas puras e abstratas cujas diferentes estruturas espaço-temporais são

traduzidas na noção de formação social); do conceito de sistema-mundo de Immanuel Wallerstein (para quem a economia capitalista é um sistema que se transmutou historicamente com base em transformações tecnológicas, da organização da produção e da divisão espacial do trabalho); e da escola da regulação de Alain Lipietz e Michel Aglietta (que relacionava formas de organização da produção e do trabalho e as normas institucionais com formas particulares de organização espacial).

Novamente, reitera-se que nem todas as pesquisas sobre o agronegócio na geografia brasileira podem ser enquadradas em um dos dois paradigmas dominantes na geografia agrária, nesse caso o paradigma do capitalismo agrário, tendo em vista a filiação de alguns desses trabalhos, como os que aqui foram citados, a uma classe bem diversa de problemas e, sobretudo, de perspectiva de abordagem, conforme demonstrado. Nesses trabalhos a questão agrária e os caminhos para superá-la, o antagonismo entre diferentes modos de produção (o capitalista e o camponês), ou a integração de um ao outro, não são de modo algum, objeto de discussão.

Considerações finais

Se, por um lado, no contexto histórico atual de “explosão da espacialidade” no pensamento humano, se verifica uma aproximação mútua entre a geografia e ciências humanas e sociais cada vez mais conscientes do papel do espaço na dinâmica das sociedades, e, ao mesmo tempo, a necessidade dos geógrafos buscarem uma visão integrada do todo, por outro a subdivisão da disciplina em ramos especializados e bem delimitados que se detém em recortes geográficos específicos da realidade concreta não é algo superado, nem tampouco teria perdido sentido. Em ambos os casos (tanto a busca pela visão global quanto o exame em detalhe de cada uma das partes) se impõe o exercício proposto por Lindón e Hiernaux (2006): é preciso parar para refletir sobre qual é o objeto de estudo da geografia, bem como também o de suas diversas subdisciplinas. E

refletir sobre o que vem sendo estudado significa justamente submeter a um exame crítico não apenas as fronteiras que delimitam o recorte da realidade do qual trata a geografia e que contribuem para a sua definição enquanto campo do saber científico, mas também as “fronteiras internas” que demarcam os diferentes recortes geográficos. Entretanto, aqui cabe a analogia com a clássica noção de fronteira de Frederick Turner (1861-1932) como sendo um “espaço de transição”. Isso significa que as fronteiras entre áreas do conhecimento, em geral, e entre os diferentes ramos da geografia, em particular, não são, na verdade, barreiras ou limites rígidos. Pelo contrário, são zonas de “trânsito livre” do conhecimento, de modo que é possível reconhecer, no interior delas, o “território” de uma determinada disciplina e, ao mesmo tempo, perceber no interior desse mesmo espaço o tráfego de elementos que, num primeiro exame, parecem pertencer originalmente a um outro “lugar”. Desse trânsito livre do conhecimento, tivemos, num primeiro momento, o estudo da agricultura ubicado no território da geografia econômica depois de uma longa “estadia” no espaço de competência da geografia regional clássica; em seguida, o mundo rural e agrário se transformou em um território emancipado, desmembrado da subdisciplina que vinha até então se debruçando sobre ele e se transformando em domínio de uma nova matéria, a geografia agrária; e agora vemos uma espécie de “migração de retorno”, com algumas questões e problemáticas envolvendo o campo e as áreas agrícolas regressando ao lugar de origem por ali encontrarem maior identificação com diversos debates e reflexões atuais da geografia econômica. Isso não quer dizer que a geografia agrária deixará de existir, mas o fato é que, com relação ao estudo do agronegócio, percebe-se que, de acordo com o problema considerado, ele deixa de ser pura e simplesmente o centro do debate sobre o confronto entre “agricultura capitalista neoliberal *versus* agricultura camponesa” para também integrar outra classe de temáticas de pesquisa.

Fernandes (2019) é muito claro quando diz que, na geografia agrária brasileira, predominam dois paradigmas distintos que se debruçam sobre a natureza dos problemas agrários no país. Nesse caso, os autores de cada um desses

paradigmas divergem em dois aspectos básicos: na maneira de “ler” a questão agrária no Brasil e sobre os caminhos, em termos de políticas públicas, para a superação da questão. Se de um lado o chamado “paradigma da questão agrária” coloca no centro do debate a luta de classes, procurando compreender como o “campesinato” enfrenta e resiste às investidas do agronegócio ao mesmo tempo em que propõe modelos alternativos de desenvolvimento para o campo, de outro o “paradigma do capitalismo agrário” centra a sua análise nas relações de produção capitalistas, entendendo que não há desenvolvimento fora delas e que a tendência é que o modelo neoliberal de desenvolvimento da agricultura se torne hegemônico e termine “integrando” o camponês, aqui chamado de agricultor familiar.

Entretanto, ao longo do presente artigo foi demonstrado, a partir da seleção de alguns trabalhos publicados por geógrafos brasileiros estudiosos do agronegócio, que em determinados casos o que está em discussão não é o antagonismo entre classes ou entre modelos divergentes de desenvolvimento agrário. O que vem sendo observado é que algumas dessas pesquisas, a partir de uma leitura superficial, estão sendo identificadas ou caracterizadas como parte da produção intelectual vinculada ao paradigma do capitalismo agrário. Trata-se de uma avaliação equivocada na medida em que as questões abordadas nos trabalhos selecionados, e que também são o objeto de tantos outros não mencionados aqui, têm conexão com grandes debates contemporâneos da geografia econômica. Neste *paper* identificamos (a) a relação entre economia política e o espaço em seu papel estruturador das relações socioeconômicas, (b) as estratégias por meio das quais as grandes corporações constroem e gerenciam seus territórios, (c) a nova dimensão regional (relação global-local, inter-regionalidades, especialização produtiva regional) e (d) os distintos modelos de “inovação territorial” (*clusters* inovadores, sistemas nacionais e/ou regionais de inovação, redes não-locais).

O elo de ligação entre as abordagens presentes nos trabalhos examinados e essas grandes linhas de pesquisa e debates da geografia econômica é um outro paradigma totalmente diferente daqueles relacionados com os

problemas agrários: uma perspectiva da economia política que entende o modo de produção capitalista como sistema cujo desenvolvimento se dá de forma espacialmente desigual e combinada e no âmbito do qual os grandes setores de atividades se encontram hoje estruturados e organizados na escala global, de maneira que a leitura dos fenômenos aqui caracterizados se dá pela perspectiva da divisão espacial do trabalho. É por essa razão que pode ser considerado lícito afirmar que na geografia econômica existe, atualmente, uma linha de pesquisa sobre um setor agrícola globalizado.

Referências bibliográficas

ARACRI, Luís A. O papel das finanças no (re)ordenamento e na gestão do território no Brasil: aspectos gerais e as particularidades do espaço agrário. **História, natureza e espaço**. Revista do NIESBF. Vol .11, n .1. Duque de Caxias: NIESBF/FEBF/UERJ, 2022a, pp. 46-64.

ARACRI, Luís A. Circuitos espaciais da produção, círculos de cooperação e a modernização do setor agrícola brasileiro. **Revista Tamoios**. Vol. 18, n. 1. São Gonçalo: FFP / UERJ, 2022b, pp. 47-59. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.63437>

ARACRI, Luís Angelo. Os círculos de cooperação no espaço: redes de inovação no circuito espacial da cadeia carne-grãos em Mato Grosso. In BERNARDES, Júlia A. *et al.* (orgs.) **O setor carne/grãos no Centro-Oeste**. Circuitos produtivos, dinâmicas territoriais e contradições. 1a. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2021, pp. 93-112.

ARACRI, Luís A. Especialização produtiva regional e inovação: relacionamentos entre instituições científico-tecnológicas e empresas do setor sucroenergético no Triângulo Mineiro, Brasil. **Espacios**. Vol 39, n. 14. Caracas: GEES, 2018 pp. 14-24.

BERNARDES, Júlia A. O novo tempo do capital no cerrado: a criação de novos territórios produtivos. In: BERNARDES, Júlia A.; e ARACRI, Luís A. (orgs.)

Espaço e circuitos produtivos. A cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense. 1a. ed. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2010, pp. 15-28.

BERNARDES, Júlia A. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 mato-grossense. In: BERNARDES, Júlia A.; e FREIRE FILHO, Osni (orgs.) **Geografias da soja**. BR-163: Fronteiras em mutação. 1a. ed. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2006, pp. 13-38.

BIRCH, Kean. **Innovation, regional development and the life sciences**. Beyond clusters. 1st. ed. London: Routledge, 2017, 147 p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura, volume 1. 4a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, 617 p.

CASTILLO, Ricardo. Sustentabilidade, desenvolvimento e globalização. In: OLIVEIRA, Márcio P. *et al.* (orgs.) **O Brasil, a América Latina e o mundo**. Espacialidades contemporâneas (I). 1a. ed. Rio de Janeiro: Lamparina / ANPEGE, 2008, pp. 401-410.

CASTRO, Iná E. "Revisitando o regionalismo como fundamento da questão regional". **Confinis** [On line] , 49 | 2021, posto online no dia 15 março 2021, consultado em 28 abril 2023. Disponível em:
<https://doi.org/10.4000/confinis.35256>

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia**. 1ª. ed. Florianópolis, Ed. UFSC, 2011, 404 p.

CLAVAL, Paul. Geografia econômica e economia. **Geotextos**. Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFBA. Vol. 1, n. 1. PPGG / UFBA, 2005, pp. 11-28.

CORRÊA, Roberto L. Corporação e espaço: uma nota. In: CORRÊA, Roberto L. **Trajetórias geográficas**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 1997, pp. 213-235.

EGLER, Claudio. Crise e dinâmica das estruturas produtivas regionais no Brasil. In: CASTRO, Iná E. *et al.* (orgs.) **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, pp. 185-220.

EGLER, Cláudio. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, Iná L.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. (orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, pp. 207-238.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**. A região de Ribeirão Preto - SP. 1a. ed. São Paulo: Ed.Usp, 2003, 408 p.

FERNANDES, Bernardo M. Questão agrária neoliberal e os desafios da geografia agrária. In: SANTANA FILHO, Manoel; ALBUQUERQUE, Maria; e FURLAN, Sueli (orgs.) **Internacionalização, financiamento e socialização da ciência**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, pp. 13-36.

FERREIRA, Darlene. **Mundo rural e geografia**. Geografia agrária no Brasil 1930-1990. 1ª. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2001, 462 p.

FREDERICO, Samuel. Região e modernização agrícola. In: BERNARDES, Júlia A.; SILVA, Cátia A.; e ARRUZZO, Roberta. **Espaço e energia**. Mudanças no paradigma sucroenergético. 1a. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013, pp. 99-111.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. The political economy of territory and agribusiness in Brazil. In: MELGAÇO, Lucas; PROUSE, Carolyn (eds.) **Milton Santos: a pioneer in critical geography from Global South**. Mosbach: Springer, 2017, pp. 67-77.

FAJARDO, Sérgio. A ação territorial corporativa no espaço rural. In: VIDEIRA, Sandra L.; COSTA, Pierre A.; FAJARDO, Sérgio (orgs.) **Geografia econômica**. (Re)Leituras contemporâneas. 1a. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011, pp. 47-66.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 9a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2007, 252 p.

MARTIN, Ron. Teoria econômica e geografia. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (orgs.) **Geografia humana**. Sociedade, espaço e ciência social. 1a. ed. Rio de Janeiro: Jorhe Zahar Editores, 1996, pp. 31-64.

LINDÓN, Alicia; e HIERNAUX, Daniel. Introducción. La geografía humana: un camino a percorrer. In: HIERNAUX, Daniel; LINDÓN, Alicia. (eds.) **Tratado de geografía humana**. 1a. ed. Barcelona: Anthropos, 2006, pp. 7-22.

MÉNDEZ, Ricardo. **Geografía económica**. La lógica espacial del capitalismo global. 2a. ed. Barcelona: Ariel, 2004, 384 p.

MOULAERT, Frank; SEKIA, Farid. Región innovadora, región social. Una perspectiva alternativa sobre la innovación regional. In: OLAZARAN, Mikel; GOMEZ URANGA, Mikel (eds.) **Sistemas regionales de innovación**. 1a. ed. Bilbao: Servicio Editorial UPV, 2001, pp. 185-220.

PAGE, Brian. Resource worlds: agriculture. In: SHEPPARD, Eric; e BARNES, Trevor J. (eds.) **A companion to economic geography**. 2nd. ed. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2003, pp. 242-256.

PORTER, Michael. **A vantagem competitiva das nações**. 16a. ed. São Paulo: Campus, 1990, 898 p.

RODRÍGUEZ, Arantxa; ESTEBAN, Marisol. Innovación, creatividad y territorios inteligentes. **Ciudad y territorio**. Estudios territoriales. XLI (159). Bilbao: Ministerio de Vivienda, 2009, pp. 9-29.

ROSALES ORTEGA, Rocío. La geografía económica. In: HIERNAUX, Daniel; LINDÓN, Alicia. (eds.) **Tratado de geografía humana**. 1a. ed. Barcelona: Anthropos, 2006, pp. 129-146.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. **Espacio, economía y sociedad**. 1a. ed. Madri: Siglo XXI, 1991, 337 p.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5a. ed. São Paulo: Edusp, 2008, 120 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. 2a. ed. São Paulo: Edusp, 2002, 392 p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 5a. ed. São Paulo: Hucitec, 1997, 124 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, 490 p.

SHEPPARD, Eric. Competition in space and between spaces. In: SHEPPARD, Eric; e BARNES, Trevor (eds.) **A companion to economic geography**. 2nd. ed. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2003, pp. 169-186.

SOFISTE, Gabriela M. **Dinâmica da estrutura produtiva do agronegócio florestal**. A região de Curvelo. 1a. ed. Ilhas Maurício: Novas Edições Acadêmicas, 2019, 135 p.

STORPER, Michael. Territorialização em uma economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, Lena *et al.* (orgs.) **Integração regional e regionalismo**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, pp. 13-26.